



**SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS**  
**PROCESSO STM Nº 000672/2013 - PPP da LINHA 18- Bronze**  
**CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA Nº 011/2014**

**CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA Nº 011/2014**

**TERMO ADITIVO Nº 04 AO CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA LINHA 18 – BRONZE DA REDE METROVIÁRIA DE SÃO PAULO, COM TECNOLOGIA DE MONOTRILHO, CONTEMPLANDO IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO QUE ENTRE SI, CELEBRAM O ESTADO DE SÃO PAULO E A CONCESSIONÁRIA DO MONOTRILHO DA LINHA 18 – BRONZE S.A.**

O ESTADO DE SÃO PAULO, por sua SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS, neste ato representada pelo Secretário dos Transportes Metropolitanos, Clodoaldo Pelissioni, doravante denominado PODER CONCEDENTE, de outro lado a CONCESSIONÁRIA DO MONOTRILHO DA LINHA 18 – BRONZE S.A, sociedade de propósito específico, inscrita no CNPJ/MF nº 20.247.295/0001-02, neste ato representada conforme disposto em seu Estatuto Social por seus Diretores ao final nomeados e qualificados, doravante designada CONCESSIONÁRIA, e como interveniente fiadora a COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP, neste ato representada conforme disposto em seu Estatuto Social por seu Diretores ao final nomeado e qualificado, doravante designada CPP,

**CONSIDERANDO:**

- (i) que o prazo de vigência do Contrato de Concessão Patrocinada nº 011/2014 é de 25 (vinte e cinco) anos;
- (ii) que a Cláusula Quarta, item 4.1.2, dispõe que o prazo de vigência inicia-se com a “Declaração de Início do Prazo de Vigência da Concessão”, emitida após concluídas as obrigações do PODER CONCEDENTE previstas na Etapa Preliminar;





**SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS**  
**PROCESSO STM Nº 000672/2013 - PPP da LINHA 18- Bronze**  
**CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA Nº 011/2014**

- (iii) que a Etapa Preliminar tem duração prevista de 6 (seis) meses prorrogável pelo mesmo período, contados da data da assinatura do Contrato (22/08/2014), a qual foi prorrogada, por meio do Termo Aditivo nº 01, até 22/02/2016, por meio do Comunicado CMCP 152/16, até 22/08/2016, por meio do Termo Aditivo nº 02, até 22/11/2016 e por meio do Termo Aditivo nº 03, até 22/05/2017;
- (iv) que a Etapa Preliminar compreende o atendimento, pelo PODER CONCEDENTE e pela CONCESSIONÁRIA, de todas as atividades previstas no Item 4.1.2.1 do Contrato e que algumas dessas atividades não foram ainda atendidas;
- (v) o que dispõe a Cláusula Primeira, Parágrafo Terceiro do Termo Aditivo nº 03: "Decorrido o prazo previsto no caput sem que tenha ocorrido a "Declaração de Início do Prazo de Vigência da Concessão" as Partes se comprometem a avaliar a formalização de Termo Aditivo prevendo novo prazo e incorporando ao contrato a "Revisão do Plano Preliminar de Desapropriação, Ocupação Temporária e Servidão Administrativa", mediante aprovação das Partes."
- (vi) que precisamente no que concerne a formalização da Estruturação Financeira do fluxo de Aporte de Recursos a favor da Concessionária, constante no item II do item 4.1.2.1 do Contrato, as partes já identificavam que o completo aperfeiçoamento da etapa demandaria tempo maior do que estimado, razão pela qual em sete oportunidades conduziram para sua prorrogação, conforme Atas de Reunião, ocorridas nos dias 19/02/2015, 15/04/2015, 17/06/2015, Termo Aditivo nº 01, celebrado em 22/08/15, Comunicado CMCP 152/16, de 25/02/2016, Termo Aditivo nº 02, celebrado em 29/08/16 e Termo Aditivo nº 03, celebrado em 24/11/16;
- (vii) que diante da proximidade do vencimento do prazo previsto para cumprimento da Etapa Preliminar, o Poder Concedente, por meio do Ofício GS/STM nº 229/2017, indagou a Secretaria da Fazenda sobre novos fatos relacionados à captação de recursos para a Linha 18 que, em resposta, por meio do Ofício nº 358/2017-GS-ACR de 04 de maio de 2017, noticiou que, ao menos por ora, não há prazo para que a estruturação financeira do Poder Concedente seja finalizada, apontando ainda que: (i) tendo em vista a inexistência de capacidade de pagamento do Estado, apurada





**SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS**  
**PROCESSO STM Nº 000672/2013 - PPP da LINHA 18- Bronze**  
**CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA Nº 011/2014**

pelo Ministério da Fazenda por meio de classificação fiscal, a União fica impossibilitada de conceder garantia ao Estado de São Paulo, inviabilizando assim a contratação de financiamento externo; (ii) quanto à operação de crédito junto ao BNDES, o Banco apenas retomará as negociações uma vez definido o equacionamento do financiamento das desapropriações constantes no item anterior;

- (viii) o cumprimento integral da Etapa Preliminar depende da Estruturação Financeira constante no item 4.1.2.1, atividade II do Contrato de Concessão, a qual encontra-se em tratativa, nos termos do Ofício supracitado;
- (ix) o contido nos Despachos CMCP nº 128/17, 153/17 e no Parecer CJ/STM nº 78/2017;
- (x) a aprovação pelos Conselheiros do Conselho Gestor de Parcerias Público Privadas – CGPPP, por unanimidade, da prorrogação do prazo para realização das atividades relacionadas à Etapa Preliminar, considerando que do ponto de vista da economicidade, a solução de postergar referida Etapa é compatível com o interesse público;

têm entre si justo e acertado o presente **TERMO ADITIVO Nº 04 AO CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA Nº 011/2014**, com fundamento no artigo 65, inciso II, da Lei federal nº 8.666/93, e artigo 4º, incisos I, II, V e VII da Lei federal 11.079/2004, nos moldes a seguir elencados e livremente pactuados de comum acordo pelas partes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

O prazo previsto no caput do item 4.1.2.1 da Cláusula Quarta fica prorrogado por um prazo adicional de 06 (seis) meses, ou seja, até 22 de novembro de 2017.

Parágrafo único - Anexo plano de desapropriação revisado, nos termos dos parágrafos segundo e terceiro da Cláusula Primeira do Aditivo ao Contrato nº 3, assinado em 24 de novembro de 2016.





**SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS**  
**PROCESSO STM Nº 000672/2013 - PPP da LINHA 18- Bronze**  
**CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA Nº 011/2014**

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Ficam ratificadas, em todos os seus termos, as demais Cláusulas Contratuais e as disposições dos Termos Aditivos anteriores que não conflitem com o objeto do presente Termo Aditivo, não importando o presente instrumento em renúncia, de qualquer das partes, aos direitos assegurados pelo Contrato.

E, por assim estarem justos, acordados e esclarecidos os contratantes, por seus representantes legais, assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor e de um único efeito, perante as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 18 de julho de 2017.

Pelo **PODER CONCEDENTE**:

  
**CLODOALDO PELISSIONI**  
Secretário de Estado dos Transportes Metropolitanos

Pela **CONCESSIONÁRIA**:

  
**JOSÉ MACIEL DUARTE DE PAIVA**  
Diretor Presidente

  
**JOÃO ALBERTO BERNACCHIO**  
Diretor Financeiro

Pela **CPP**:

  
**TOMÁS BRUGINSKI DE PAULA**  
Diretor Econômico Financeiro

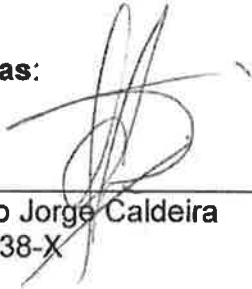
  
**MICHAEL SOTELO CERQUEIRA**  
Diretor de Assuntos Corporativos





**SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS**  
**PROCESSO STM Nº 000672/2013 - PPP da LINHA 18- Bronze**  
**CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA Nº 011/2014**

**Testemunhas:**



Nome: Celso Jorge Caldeira  
RG: 6.006.738-X



Nome: Rui Stefanelli  
RG: 13.611.892



## PLANO PRELIMINAR DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA E SERVIDÃO ADMINISTRATIVA REVISÃO 01

### 1) Introdução/Caracterização

Em conformidade com a Cláusula Primeira, Parágrafos Segundo e Terceiro do Termo Aditivo n.º 03 ao Contrato de Concessão Patrocinada n.º 11/2014, a CONCESSIONÁRIA conjuntamente com o PODER CONCEDENTE desenvolveu a revisão do "Plano Preliminar de Desapropriação, Ocupação Temporária e Servidão Administrativa".

Este Plano tem como objetivo apresentar a relação de áreas constantes do Decreto Estadual n.º 59.762, de 19/11/2013, que foi transferido para a CONCESSIONÁRIA por meio do Decreto Estadual n.º 60.821, de 8/10/2014, que deverão ser desapropriadas, no caso das áreas privadas, e liberadas, no caso das áreas públicas, para implantação da Linha 18 – Bronze de Metrô de São Paulo, bem como do respectivo cronograma de desapropriação, das prioridades e do caminho crítico, de forma a assegurar que estas áreas estejam totalmente livres e desembaraçadas para o início das frentes de obras.

O presente Plano Preliminar de Desapropriação não contempla os imóveis públicos e privados, que serão objeto de desapropriação pelos Municípios de São Paulo, Santo André, São Caetano e São Bernardo do Campo, ou seja, somente contempla imóveis cobertos pelo Decreto de Utilidade Pública - Decreto Estadual n.º 59.762, de 19/11/2013, que foi transferido para a CONCESSIONÁRIA por meio do Decreto Estadual n.º 60.821, de 8/10/2014 (DUP).

É também fundamental, para a implantação do empreendimento e para que sejam cumpridos os prazos contratuais, que os imóveis referidos no parágrafo acima, sejam desapropriados, pelos municípios e nos casos em que necessária, seja realizado remobilização dos vulneráveis, com a solução definitiva de reassentamento dos mesmos.

### 2) Identificação das Áreas para Desapropriação e Datas de Necessidade:

Os imóveis privados a serem desapropriados e os imóveis sob domínio público a serem disponibilizados estão relacionados no **Anexo I - Inventário das Áreas para Desapropriação**, incluindo também o respectivo mês, contado da Declaração de Início do Prazo de Vigência da Concessão, em que estes deverão estar totalmente livres e desimpedidos.

Esta planilha relaciona:

- **Unidades Construtivas:** Estações, Acessos, Pátio e Trechos de Via;
- **Blocos:** Conjunto de imóveis privados e/ou públicos necessários à implantação de cada uma das Unidades Construtivas que compõe a Linha 18, em conformidade com o Decreto de Utilidade Pública - Decreto Estadual n.º 59.762, de 19/11/2013, que foi



transferido para a CONCESSIONÁRIA por meio do Decreto Estadual nº 60.821, de 8/10/2014 (DUP);

- **Mês Necessário:** Considera a data, contada a partir da "Declaração de Início do Prazo de Vigência da Concessão" pelo PODER CONCEDENTE, para a efetiva liberação das áreas privadas e públicas, totalmente livres e desimpedidas, para o início dos trabalhos de demolição/construção;
- **Propriedade:** indicação das propriedades, entre Pública ou Privada, conforme o Decreto de Utilidade Pública;

A planilha está ordenada pelas unidades construtivas, partindo da Estação Tamanduateí até a Estação Djalma Dutra.

#### Observações:

- a. As áreas consideradas neste plano de desapropriação correspondem às previstas no DUP.
- b. Em função do andamento das tratativas entre o PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA, Prefeituras e demais órgãos envolvidos quanto definição do projeto básico do traçado, localização das estações e seus acessos e a localização da implantação da 2ª Subestação Primária, poderá ser necessária a inclusão de novas áreas a serem desapropriadas não previstas no DUP.

### 3) Identificação das Prioridades

No Anexo II - Prioridades para Desapropriação - ao presente documento, a CONCESSIONÁRIA apresenta a priorização a ser considerada para a desapropriação das áreas privadas e liberação das áreas públicas, de forma a cumprir com os prazos de implantação da Fase I previstos no Contrato de Concessão.

Esta planilha relaciona:

- **Prioridades:** apresentadas em ordem crescente de importância, conforme cronograma de Implantação;
- **Unidades Construtivas:** Estações, Acessos, Pátio e Trechos de Via;
- **Blocos:** Conjunto de imóveis privados e/ou públicos necessários à implantação de cada uma das Unidades Construtivas que compõe a Linha 18, em conformidade com o Decreto de Utilidade Pública - Decreto Estadual nº 59.762, de 19/11/2013, que foi transferido para a CONCESSIONÁRIA por meio do Decreto Estadual nº 60.821, de 8/10/2014;
- **Mês Necessário:** Considera a data, contada a partir da Declaração de Início do Prazo de vigência da Concessão, para a efetiva liberação das áreas privadas e públicas, totalmente livres e desimpedidas, para o início dos trabalhos de demolição/construção;
- **Propriedade:** indicação das propriedades, entre Pública ou Privada;



#### 4) Cronograma Físico das Desapropriações

O cronograma físico com as principais atividades e marcos de desapropriação é apresentado pela CONCESSIONÁRIA no **Anexo III - Cronograma Físico das Desapropriações**.

Neste cronograma estão apresentados os marcos referentes às datas limites necessárias para a efetivação das desapropriações dos blocos de imóveis privados e liberação dos imóveis públicos em função da sequência executiva determinada pela CONCESSIONÁRIA.

##### 4.1. Reassentamento de Vulneráveis:

Os marcos com as datas necessárias para efetivação das desapropriações apresentados no item 4 acima, referem-se ao prazo limite para que os blocos de imóveis públicos e privados estejam completamente livres e desimpedidos de forma a cumprir com as necessidades das obras e também com o prazo previsto na Cláusula 4.1.3.1, alínea a).

Para os imóveis privados, é importante ressaltar que o prazo entre a distribuição judicial das ações e a imissão de posse de cada um dos blocos de imóveis estará sujeito aos processos e prazos do Poder Judiciário, podendo inclusive ocorrer antecipação dos prazos previstos no cronograma de desapropriação. Neste sentido, é fundamental que o PODER CONCEDENTE esteja preparado para tomar as ações que se façam necessárias para proceder com a remoção da população vulnerável prevista no Anexo VIII, Volume III, do Contrato de Concessão e seu consequente reassentamento com a devida antecedência, conforme cláusulas 4.1.3.1, alínea g e 25.7.

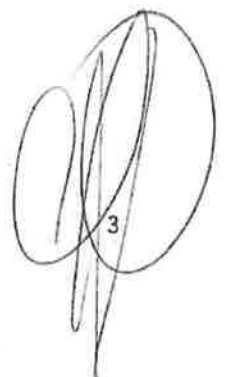
##### 4.2. Imóveis Públicos:

A CONCESSIONÁRIA necessita que estas áreas estejam efetivamente livres e desimpedidas nas datas previstas no Cronograma Físico de Desapropriação e conforme as prioridades estabelecidas no Anexo II, conforme cláusulas 25.8 e 37.8, de forma que a CONCESSIONÁRIA possa iniciar os serviços de demolição/construção.

##### 4.3. Distribuição judicial das ações de desapropriação:

Previamente a distribuição das ações, a CONCESSIONÁRIA submeterá ao PODER CONCEDENTE cópia das petições iniciais das ações de desapropriação a serem propostas para verificação de sua conformidade, nos termos da Cláusula 37.12.5.

O cronograma apresentado no Anexo III estabelece que tal apresentação ocorrerá no prazo de até 15 dias contados da "Declaração de Início do Prazo de vigência da Concessão", tendo o PODER CONCEDENTE, por meios próprios ou através da Certificadora, o prazo de 10 (dez) dias para realizar a atestação da documentação, bem como solicitar ao Agente Financeiro que proceda com o pagamento da quitação dos valores das guias necessárias para a distribuição das ações correspondentes às petições iniciais aprovadas.





## 5) Cronograma de Desembolso

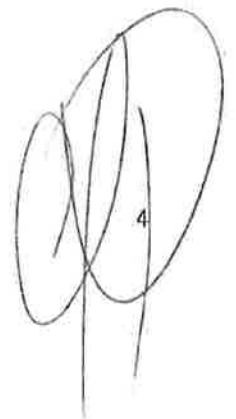
O cronograma de desembolso expõe a estimativa dos valores a serem empenhados ao longo do processo e é apresentado pela CONCESSIONÁRIA no Anexo IV - Cronograma de Desembolso.

Os custos de desapropriação têm como referência o valor indenizatório estimado no Laudo Macro de Avaliação e os custos incidentes praticados na esfera judicial, considerando as seguintes premissas:

- Data de referência dos valores: 01/08/2013 (data base do Laudo Macro de Avaliação);
- Número de Propriedades desapropriadas: 240 imóveis (estimativa);
- Valor final das indenizações: R\$ 406.882.000,00 (Estimado no Laudo Macro de Avaliação);
- Valor de referência / ITBI: R\$ 243.991.003,17 (Aproximadamente 60% do valor estimado no Laudo Macro);
- Avaliação Judicial prévia: R\$ 318.129.748,50 (Aproximadamente 78% do valor estimado no Laudo Macro);
- Honorários de perito judicial (Valor médio estimado por Laudo): R\$ 3.000,00;
- Valor por processo judicial – custas de diligência do oficial de justiça: R\$ 100,00 (Valor médio estimado);
- Valor por processo judicial – custas de mandato: R\$ 20,00 (Valor praticado);
- Percentual de sucumbência: 5%;
- Valor Percentual de custas de distribuição de processo: 1% do valor da causa - (Ref. ITBI) x 1%;
- Percentual de custos com recursos: 4,0% - Percentual estimado;
- Percentual de processos com recurso: 20% - Percentual estimado;
- Percentual de processos com sucumbência: 80% - Percentual estimado;

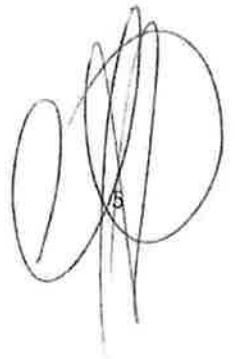
### Custos de desapropriação previstos:

- Depósito da oferta inicial  
Dimensionamento: Valor de referência / ITBI  
Valor previsto: R\$ 243.991.003,17  
Incidência: Na ocasião do ajuizamento da ação
- Custas de distribuição do processo judicial  
Dimensionamento: (Valor da oferta inicial) x 1%  
Valor previsto: R\$ 2.439.910,03  
Incidência: Na ocasião do ajuizamento da ação
- Custas de mandato  
Dimensionamento: R\$20,00 x 240 propriedades x 100%  
Valor previsto: R\$ 4.800,00  
Incidência: Na ocasião do ajuizamento da ação



4

- Custas de diligências de oficial de justiça (citação das partes)  
Dimensionamento: R\$100,00 x 240 propriedades x 2 diligências (em média, dependendo do número de réus)  
Valor previsto: R\$ 48.000,00  
Incidência: No saneamento do processo
- Honorários Periciais - Laudo Prévio  
Dimensionamento: R\$3.000,00 x 240 propriedades  
Valor previsto: R\$ 720.000,00  
Incidência: Na nomeação do perito
- Complementação de oferta  
Dimensionamento: Diferença entre valor Laudo Prévio e ITBI  
Valor previsto: R\$ 74.138.745,34  
Incidência: Após protocolização do laudo prévio
- Diligências de oficial de justiça (imissão de posse)  
Dimensionamento: R\$100,00 x 240 propriedades  
Valor previsto: R\$ 24.000,00  
Incidência: Após expedição de mandado de imissão provisória na posse
- Honorários Periciais - Laudo Definitivo  
Dimensionamento: R\$3.000,00 x 240 propriedades  
Valor previsto: R\$ 720.000,00  
Incidência: Na nomeação do perito
- Despesas com processamento dos recursos  
Dimensionamento: [Valor indenizatório] x 4,0% x 20%  
Valor previsto: R\$ 3.242.921,60  
Incidência: Quando houver agravo / apelação
- Complementação de Indenização  
Dimensionamento: Diferença entre valor definitivo valor apurado no Laudo Prévio  
Valor previsto: R\$ 74.138.745,34  
Incidência: Na condenação final
- Ônus de sucumbência  
Dimensionamento: (Indenização final - Oferta inicial) x 5% (art.27 §1º decreto lei 3365/41)  
Valor previsto: R\$ 7.413.874,53  
Incidência: Na condenação final



#### 6) Atividades Críticas de Desapropriação

Dentro do caminho crítico de implantação da Linha 18, encontram-se as atividades de desapropriação. A liberação de determinadas áreas (imissão na posse) de forma breve e prioritária é essencial para que o cronograma de obras seja cumprido e as obras possam ser iniciadas.

O início das escavações para a execução das fundações da estação Tamanduateí, trecho de vias entre as estações Tamanduateí e Goiás e Pátio Tamanduateí II são as primeiras atividades construtivas do Empreendimento. A partir deste ponto as obras se desenvolverão linearmente no sentido Tamanduateí – Djalma Dutra.

Desta forma, a liberação dos imóveis privados integrantes das Unidades Construtivas Estação Tamanduateí, Pátio Tamanduateí II, Estação Carioca + Trecho de Via, Acesso Estação Carioca e Trecho de Via (entre Carioca e Heliópolis - Goiás) são críticas para o projeto, devendo todas as atividades de liberação destes imóveis estarem concluídas até o sétimo mês a partir da Declaração de Início do Prazo de vigência da Concessão, conforme apresentado no **Anexo III - Cronograma Físico de Desapropriações**.

Adicionalmente, deve-se priorizar também a liberação da área destinada a estação Goiás requerida para o final do oitavo mês e da Estação Cerâmica para o final do nono mês.

Por fim, classificam-se também como atividade crítica a liberação das áreas referentes à unidade construtiva Estação Lágrimas, sendo que esta atividade deve ser concluída até o décimo mês a partir da Declaração de Início do Prazo de vigência da Concessão.

Ressaltamos ainda que todas as demais datas previstas no Anexo III devem ser atendidas para o cumprimento do cronograma de implantação.

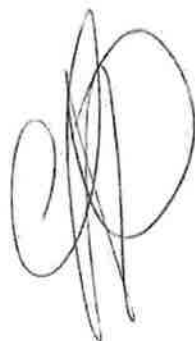
#### 7) Disposições Finais

De acordo com a Cláusula 3.1.2.2, ao término do 1º mês de Concessão a CONCESSIONÁRIA entregará o Plano de Desapropriação, Ocupação Temporária e Servidão Administrativa.



## ANEXO I

### INVENTÁRIO DAS ÁREAS PARA DESAPROPRIAÇÃO



ANEXO I - INVENTÁRIO DAS ÁREAS PARA DESAPROPRIAÇÃO				
Item	Unidade Construtiva	Bloco	Mês Necessário (1)	Propriedade
1	Estação Tamanduateí	18001	7	Privada
2	Pátio Tamanduateí II	18002	7	Privada
3	Estação Carioca + Trecho de Via	18003 (2)	7	Pública
4	Acesso Estação Carioca	18004	7	Privada
5	Trecho de Via (entre Carioca e Heliópolis - Goiás)	18005 (2)	7	Pública
6	Acesso Estação Heliópolis - Goiás	18006	8	Privada
		18007		Pública
		18007A		Privada
7	Estação Goiás	18008	8	Pública
8	Estação Céu Meninos - Cerâmica	18009 (3)	9	Pública
9	Acesso Estação Céu Meninos - Cerâmica	18010 (2)	9	Pública
10	Acesso Estação Lágrimas	18012	10	Privada
		18013		Pública
11	Estação Lágrimas	18014 (2)	10	Pública
12	Trecho de Via (entre Céu Meninos - Cerâmica e Lágrimas)	18016	11	Privada
		18017		Pública
13	Acesso Estação Rudge Ramos	18020A	12	Privada
14	Estação Instituto Mauá	18020B	12	Pública
15	Acesso Estação Instituto Mauá	18021	12	Privada
16	Acessos Estação Afonsina	18022		Pública
17	Acesso Estação Fundação Sto. André	18023 (2)	12	Privada
		18024		Pública
18	Acessos Estação Atlântica - Winston Churchill	18025	12	Privada
		18026 (2)		Pública
19	Estação Bom Pastor - Vergueiro	18027 (2)	12	Privada
		18028 (2)		Pública
		18030		Privada
20	Acessos Estação Bom Pastor - Vergueiro	18031 (2)	12	Pública
		18032		Privada
21	Acesso Estação Aldino Pinotti	18033 (2)	12	Pública
22	Trecho de Via (entre Aldino Pinotti e Paço Municipal)	18034	12	Privada
23	Acesso Estação Paço Municipal de São Bernardo	18035A	12	Pública

(1) Mês Necessário: Considerada a data para a efetiva liberação das áreas (áreas totalmente desimpedidas) para o início dos trabalhos de demolição/construção (Áreas Públicas e Privadas), contada a partir da "Declaração do Início do Prazo de Vigência da Concessão".

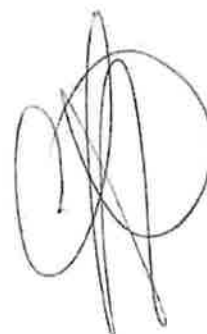
(2) Blocos que abrangem áreas Públicas e Privadas

(3) Imóvel desapropriado pela municipalidade. Até o momento não foi registrada a adjudicação no registro imobiliário




## ANEXO II

### PRIORIDADES PARA DESAPROPRIAÇÃO



ANEXO II - PRIORIDADES PARA DESAPROPRIAÇÃO					
Prioridade	Unidade Construtiva Nome	Item	Bloco	Mês Necessário (1)	Propriedade
1	Estação Tamanduateí	1	18001	7	Privada
2	Pátio Tamanduateí II	2	18002	7	Privada
3	Estação Carioca + Trecho de Via	3	18003 (2)	7	Pública
4	Acesso Estação Carioca	4	18004	7	Privada
5	Trecho de Via (entre Carioca e Heliópolis - Goiás)	5	18005 (2)	7	Pública
6	Acesso Estação Heliópolis - Goiás	6	18006	8	Pública
			18007		Privada
			18007A		Privada
7	Estação Goiás	7	18008	8	Pública
8	Estação Céu Meninos - Cerâmica	8	18009 (3)	9	Pública
9	Acesso Estação Céu Meninos - Cerâmica	9	18010 (2)	9	Pública
10	Acesso Estação Lágrimas	10	18012	10	Privada
			18013		Pública
11	Estação Lágrimas	11	18014 (2)	10	Pública
12	Trecho de Via (entre Céu Meninos - Cerâmica e Lágrimas)	12	18016	11	Privada
13	Acesso Estação Rudge Ramos	13	18017	12	Pública
14	Estação Instituto Mauá	14	18020A	12	Privada
15	Acesso Estação Instituto Mauá	15	18020B	12	Privada
16	Acessos Estação Afonsina	16	18021	12	Privada
			18022		Privada
17	Acesso Estação Fundação Sto. André	17	18023 (2)	12	Pública
			18024		Privada
18	Acessos Estação Atlântica - Winston Churchill	18	18025	12	Pública
			18026 (2)		Privada
19	Estação Bom Pastor - Vergueiro	19	18027 (2)	12	Pública
			18028 (2)		Privada
			18030		Pública
20	Acessos Estação Bom Pastor - Vergueiro	20	18031 (2)	12	Pública
			18032		Privada
21	Acesso Estação Aldino Pinotti	21	18033 (2)	12	Pública
22	Trecho de Via (entre Aldino Pinotti e Paço Municipal)	22	18034	12	Pública
23	Acesso Estação Paço Municipal de São Bernardo	23	18035A	12	Privada

(1) **Mês Necessário:** Considerada a data para a efetiva liberação das áreas (áreas totalmente desimpedidas) para o início dos trabalhos de demolição/construção (Áreas Públicas e Privadas), contada a partir da "Declaração do Início do Prazo de Vigência da Concessão"

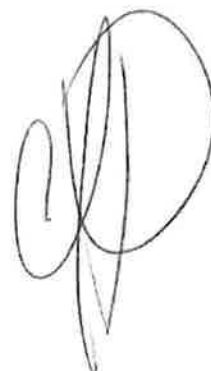
(2) Blocos que abrangem áreas Públicas e Privadas

(3) Imóvel desapropriado pela municipalidade. Até o momento não foi registrada a adjudicação no registro imobiliário

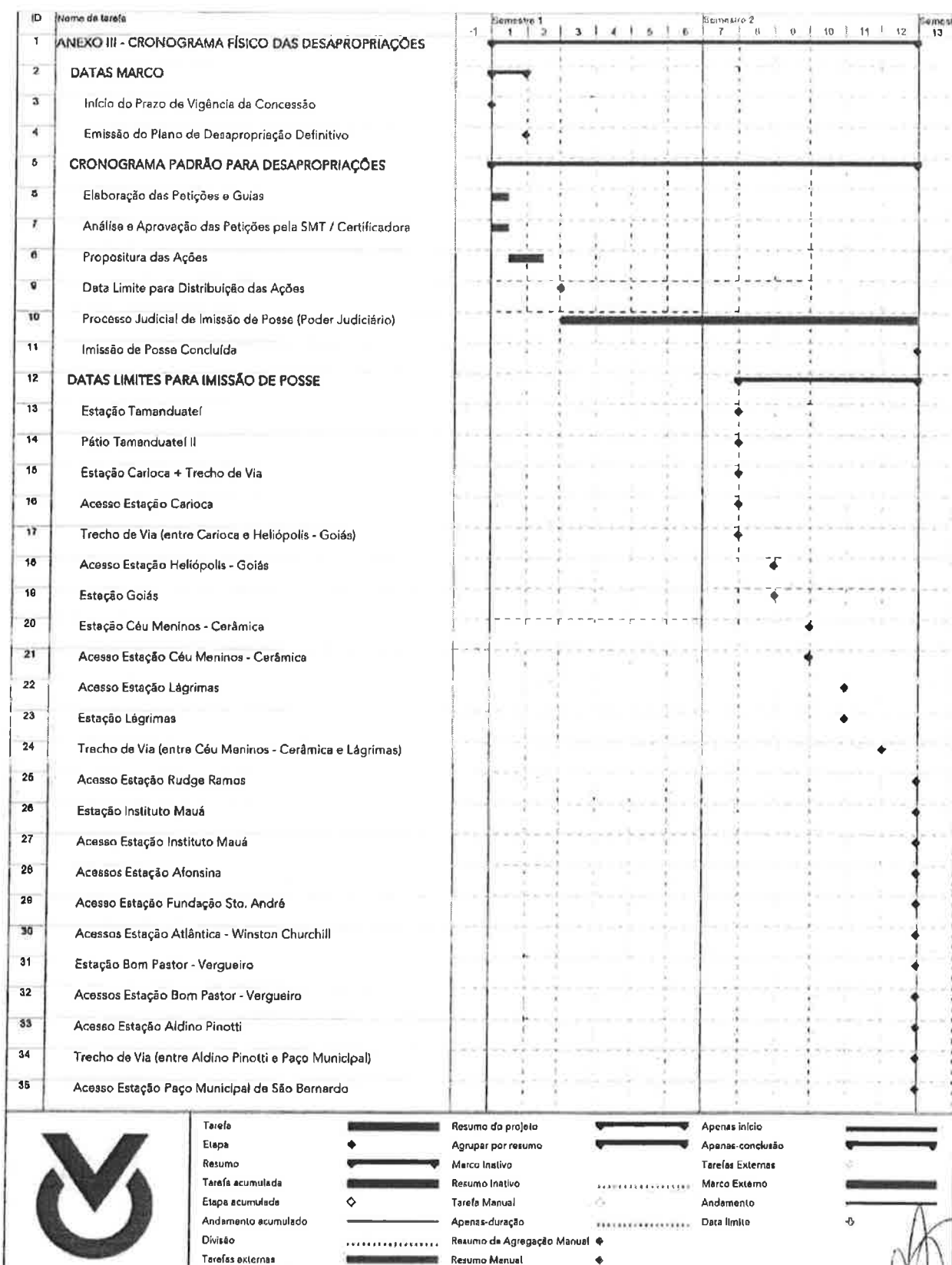


## ANEXO III

### CRONOGRAMA FÍSICO DE DESAPROPRIAÇÕES







T.11 2366.8163 | Concessionária do Monotrilho Linha 18 Bronze S/A

R. Dr. Eduardo de Souza Aranha, 387 - Cj. 72 - 7º andar Itaim Bibi São Paulo - SP 04543-121 | vemabc.com.br



## ANEXO IV

### CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

